

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.505 - SP (2019/0032117-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JOSE ENEAS FILHO
ADVOGADO : HILARIO BOCCHI JUNIOR - SP090916

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. ATIVIDADE DE VIGILANTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-4ª Região que negou seguimento ao seu recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o agravante que sua pretensão recursal abrange valoração da prova com qualificação jurídica.

Em contrarrazões ao agravo recurso especial, sustenta-se a manutenção da decisão agravada.

O recurso especial que se pretende o seguimento impugna acórdão assim ementado:

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL TIDA POR INTERPOSTA. AGRAVO RETIDO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. PORTE DE ARMA DE FOGO. COMPROVAÇÃO. OBSERVÂNCIA DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA PRESTAÇÃO DAI ATIVIDADE. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ESMERILHADOR. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO.

I - Aplica ao presente caso o Enunciado da Súmula 490 do E. STJ, que assim dispõe: A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

II- Há de ser rejeitado o argumento da parte autora no sentido de que a sentença merece ser anulada por cerceamento de defesa, uma vez que ao magistrado cabe a condução da instrução probatória, tendo o poder de dispensar a produção de provas que entender desnecessárias para a resolução da causa.

III- No que tange à atividade especial, a jurisprudência pacificou-se no sentido de que a legislação aplicável para sua caracterização é a vigente no período em que a atividade a ser avaliada foi efetivamente exercida.

IV - Pode, em tese, ser considerada especial a atividade desenvolvida até 10.12.1997, mesmo sem a apresentação de laudo técnico, pois em razão da legislação de regência a ser considerada até então, era suficiente para a caracterização da denominada atividade especial a apresentação dos informativos SB-40, DSS- 8030 ou CTPS. Nesse sentido: STJ; Resp

436661/SC; 5ª Turma; Rel Min. Jorge Scartezini; julg. 28.04.2004; DJ 02.08.2004, pág. 482.

V - A atividade de guarda patrimonial é considerada especial, vez que se encontra prevista no Código 2.5.7 do Decreto 53.831/64, do qual se extrai que o legislador a presumiu perigosa, não havendo exigência legal de utilização de arma de fogo durante a jornada de trabalho.

VI - Após 10.12.1997, advento da Lei nº 9.528/97, em que o legislador passou a exigir a efetiva comprovação da exposição a agentes nocivos, ganha significativa importância, na avaliação do grau de risco da atividade desempenhada (integridade física), em se tratando da função de vigilante, a necessidade de arma de fogo para o desempenho das atividades profissionais, situação comprovada no caso dos autos.

VII - Mantidos os termos da sentença que reconheceu o exercício de atividade especial no período 02.06.1980 a 20.01.1986, com enquadramento pela categoria profissional prevista no código 2.5.1, anexo II, do Decreto 83.080/79.

VIII - Mantido também o reconhecimento da especialidade dos períodos de 16.09.1991 a 28.04.1992 e 01.06.1992 a 16.09.1993, mediante o enquadramento na categoria profissional descrita no código 2.5.7 do Decreto 53.831/64.

IX - Reconhecido o exercício de atividade especial nos períodos de 16.01.1997 a 22.04.1998 e 13.04.2000 a 22.03.2013, em que o autor exerceu atividades nas quais portava arma de fogo, com exposição a risco à sua integridade física.

X - Somados os períodos de atividade especial ora reconhecidos aos períodos reconhecidos administrativamente, a parte autora alcança o total de 26 anos, 06 meses e 29 dias de atividade exclusivamente especial a data do requerimento administrativo, suficiente à concessão de aposentadoria especial nos termos do art. 57 da Lei 8.213/91.

XI - A correção monetária e os juros de mora deverão ser calculados de acordo com a lei de regência, observando-se as teses firmadas pelo E.STF no julgamento do RE 870.947, realizado em 20.09.2017. Quanto aos juros de mora, será observado o índice de remuneração da caderneta de poupança a partir de 30.06.2009.

XII - Honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da sentença, em observância ao disposto no Enunciado 7 das diretrizes para aplicação do Novo CPC aos processos em trâmite, elaboradas pelo STJ na sessão plenária de 09.03.2016.

XIII - Nos termos do caput do artigo 497 do Novo CPC, determinada a imediata implantação do benefício. XIV - Agravo retido da parte autora não provido e apelação provida. Apelação do réu e remessa oficial tida por interposta improvidas.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o recorrente, ora agravante, que o Tribunal *a quo* negou vigência ao artigo 58 da Lei 8.213/1991 ao reconhecer como especial o tempo de trabalho como vigilante.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão vergastado.

Noticiam os autos que José Enéas Filho, ora agravado, ajuizou ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando aposentadoria especial.

A sentença julgou o pedido parcialmente procedente.

Ambas as partes apelaram e a remessa necessária foi tida por interposta, tendo o Tribunal *a quo* dado provimento à apelação de José Enéas Filho e negado provimento à

apelação da Autarquia previdenciária e ao recurso necessário, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ, que dispõe *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O agravante impugnou de forma específica o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

O ponto central da controvérsia recursal gira em torno do direito ao cômputo de tempo especial como vigilante, após a data de 5/3/1997.

Cumprе ressaltar que o STJ decidiu, em sede de recurso especial repetitivo, que o rol de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física descritas pelo Decreto 2.172/1997 é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissível, portanto, que atividades não elencadas no referido rol sejam reconhecidas como especiais, desde que tal situação seja devidamente demonstrada no caso concreto.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991).

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo.

2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ.

4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1.306.113/SC, Primeira Seção, Relator Ministro Herman

Benjamin, julgado em 14/11/2012, DJe 07/3/2013)

No presente caso, o Tribunal *a quo* reconheceu ao segurado o tempo especial na função de vigilante. Concluiu que o segurado faz *jus* ao reconhecimento do período trabalhado como especial na referida função, uma vez que demonstrada nos autos sua exposição habitual e permanente a condições que colocaram em risco sua saúde e integridade física.

Confira-se, por oportuno, o seguinte trecho do acórdão combatido, *in verbis*:

Todavia, após 10.12.1997, advento da Lei nº 19.528/97, em que o legislador passou a exigir a efetiva comprovação da exposição a agentes nocivos, ganha significativa importância, na avaliação do grau de risco da atividade desempenhada (integridade física), em se tratando da função de vigilante, a necessidade de arma de fogo para o desempenho das atividades profissionais, situação comprovada no caso dos autos.

Assim, deve ser reconhecido o exercício de atividade especial nos períodos de 16.01.1997 a 22.04.1998 (Offício Serviços de Vigilância e Segurança Ltda - PPP fls. 118, complementado pela declaração de fls 119) e 13.04.2000 22.03.2013 (Haganá Segurança Ltda - PPP fls. 184/1815), em que exerceu atividades nas quais portava arma de fogo, com exposição integridade física.

No contexto firmado pelo Tribunal *a quo* acerca do desempenho da atividade de vigia, o trabalhador segurado estava submetido à periculosidade.

Destarte, rever tal entendimento importaria em reexame de fatos e provas, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem concluiu, com base na prova dos autos, que "é possível o enquadramento da atividade (especial) desenvolvida pelo autor no código 2.5.7, do anexo ao Decreto 53.831/64, em vista da existência de periculosidade inerente às atividades de policial, bombeiros e investigadores (...) conforme CTPS de fls. 47 e formulário de fls. 26". A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.

2. Não se conhece de Recurso Especial quanto a matéria não especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.650.824/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 04/04/2017, DJe 2/5/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. E quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85, § 11, do CPC/2015 e Enunciado administrativo 7/STJ, majoro os honorários de advogado para 16 % sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

